

UBIRAJARA, romance de fundação nacional

Maria Consuelo Cunha Campos

MATRAGA nº 11, 1º semestre de 1999

Bildungsroman, retrato de um indígena quando jovem - feito, entretanto, por um artista branco -, o romance de José de Alencar, publicado em 1874, é uma narrativa ficcional não apenas da formação de um índio, o personagem Jaguarê, mas também da de uma nova nação indígena.

Acertadamente, a latino-americanista norte-americana Doris Sommer observa, a propósito dos romances de formação nacional, que não é por simples acaso que eles ocorrem no período pós-independência dos países latino-americanos. Consolidá-la, então, constituía o principal desafio histórico. Concomitantemente à emergência do romance como gênero narrativo e da independência política, nas novas nações da América Latina aparecia a família nuclear de fatura burguesa. Aqui, como na América do Norte, romance e nação, como bem o notou Leslie Fielder, em sua obra Love and death in the American novel, nascem juntos.

No Brasil, particularmente, o período de consolidação e maturidade da independência, que é o segundo reinado, inicia-se com a antecipada maioridade do jovem príncipe herdeiro, futuro imperador D. Pedro II: após o período regencial, conseqüente à abdicação de Pedro I, quando seu sucessor era ainda um menino, sobe ao trono um adolescente. A consolidação do estado nacional brasileiro reveste-se, com isto, da figuração de um drama familiar já iniciado no período da independência. Na história oficial, esta é representada como ruptura de laços familiares entre filho regente (Pedro) e pai rei (D. João VI), instaurada unilateralmente pelo jovem príncipe ao se ver tratado como menino pelas cortes portuguesas. Recusando-se a voltar para casa, para a pátria (D. Pedro, como sabemos, nascera em Portugal, chegando ao Brasil ainda menino, com a fuga da corte de Lisboa para a colônia do Brasil), o que configuraria a volta à situação colonial do Reino do Brasil, até ali já unido aos de Portugal e Algarves, D. Pedro agiria como o jovem em demanda de um rito de passagem à condição de adulto. Se, antes da independência, era o regente um espécie de lugar-tenente do rei ausente, com esta ele se transformará em imperador da nova nação.

O nascimento da nação, no Brasil, se dá num cenário edipiano, de luta do filho com o pai pela posse da terra do Brasil. A cena de família como lugar da cena nacional prosseguirá, já na geração seguinte, quando D. Pedro I abdica em favor da filha, D. Maria da Glória, futura D. Maria II, então uma menina, instaurando a regência de seu irmão, D. Miguel, também ele pretendente ao trono português, motivando, assim, uma guerra civil a partir da disputa em família.

Morto D. João VI, reabre-se a cena do drama de família. D. Pedro I, imperador do Brasil torna-se, brevemente, também D. Pedro IV de Portugal, e se inscreve no entre-lugar entre a ruptura e a continuidade. Proclamador da independência do Brasil e sucessor do rei-pai, contra o qual, precisamente, esta se dera, será, ele próprio sucedido, em Portugal pela filha primogênita e, no Brasil, pelo filho sobrevivente, de seu primeiro casamento.

Essa peculiaridade do processo de formação do estado nacional no Brasil justapõe, ao contrário do paradigma republicano do continente, independência e reino dinástico, tornando-se o futuro império brasileiro o ramo nacional da dinastia lusitana de Bragança. Esta conciliação se firmará, como prática, na consolidação de nosso modelo nacional, para além do período monárquico.

Com semelhante contexto histórico, o drama da formação, que se dá pela passagem por ritos construtores da nova identidade, apresentava-se como um tema especialmente pertinente à ficção dos romancistas auto-investidos da missão de fundadores da nacionalidade literária. Um gênero novo na América Latina, como o romance, narra a formação da nação, fundando uma tradição através da busca da origem ficcional do povo.

Com a autonomia política, emancipa-se a educação, no Brasil, da dependência aos estudos superiores europeus, que marcara o período colonial. O jovem burguês bacharelado substituirá, no papel social de escritor, ao bacharel desenraizado, meio herdeiro dos donos do poder colonialista e meio exilado em seu berço natal após o rito de passagem cumprido na Europa.

Este novo estudante desempenha, no Brasil, múltiplos papéis sociais relacionados à construção do imaginário nacional, como romancista, teatrólogo, poeta, personagem literária ele próprio. Com ele aparece uma mediação nova, pois entre a infância e a maturidade da idade adulta passa a existir o adolescente, o jovem, com perfil social próprio, de estudante de preparatórios e, depois acadêmico, bacharelado. Ritos de passagem, como os exames de ingresso e os de formatura, e, frequentemente, o afastamento de casa, uma vez que os cursos superiores eram ainda poucos e localizados, por vezes, em províncias distantes do domicílio familiar do estudante, vão construindo o novo ator social: uma nova identidade, masculina e burguesa, emerge deste processo.

Publicado três anos antes da morte do romancista, por um maduro José de Alencar, já bem distante do jovem autor de O Guarani (1857), Ubirajara narra a formação de nação indígena homônima, a partir de duas preexistentes, os araguias e os tocantins. Em nota ao texto, o escritor cita a graduação tupi que Ives d'Évreux refere, desde o mitanga, isto é o índio enquanto lactente, até o tijubaê, o guerreiro senior. Nesta graduação, a passagem do 4o a 5o grau, isto é, de curumim-guaçu, jovem caçador, a aba, guerreiro casadoiro, corresponderá à efetiva situação do personagem título, então chamado, ainda Jaguarê.

A palavra *aba*, em hebraico, língua com a qual nenhum parentesco têm as dos indígenas entretanto, significa papai. Alencar, em suas notas sobre a organização social indígena, paraleliza, entretanto, a poligamia indígena à bíblica da era patriarcal.

Para o rito de passagem de caçador a guerreiro, Jaguarê necessita adversário de outra nação: o gênero de seu contendor necessariamente é masculino. O papel social só pode ser desempenhado por homens, o que torna a demanda de adversário busca de um igual, outro homem, como Jaguarê, todavia diferente (de outra nação). Buscando, pois, o Outro para seu rito, Jaguarê, no entanto, se depara com uma mulher de outra nação, Araci. Ela desempenha um papel social, de caçadora, impróprio ao gênero: propondo-se, pois, como adversária, a Índia Tocantins é rejeitada. Há, no discurso alencariano, uma hierarquia: Jaguarê irá metaforizar Araci na corça tímida, reduzindo-a à condição de caça, metáfora que ela, no entanto, rejeita enquanto fundamento da relação caçador/sujeito, caça/objeto. Araci devolve a Jaguarê a metáfora animal, reduzindo-o, por sua vez, de caçador, como jaguar, a outro animal caçado, o veado, propondo-lhe uma corrida. Jaguarê, não conseguindo alcançá-la em pé de igualdade, contrapõe à mulher mais rápida sua transgressão das regras da corrida: flecha-a, imobilizando-a sem feri-la, exatamente na liga que lhe simboliza a virgindade, como a possui-la, simbolicamente, com a arma.

Devendo tornar-se guerreiro, antes que marido, Jaguarê rejeita o oferecimento amoroso de Araci. Trava combate com Pojucã, que reúne os atributos necessários ao adversário. O simbolismo fálico da luta dos tacapes e a metaforização dos lutadores em veado e jibóia revestem o golpe que dá a vitória e o novo nome, Ubirajara, a Jaguarê.

Em leitura intertextual do romance alencariano, Silviano Santiago foi o primeiro a paralelizar Ubirajara a Grande sertão: veredas, cujos vários nomes do protagonista (Riobaldo, Tatarana, Cerzidor, Urutu Branco) vão assinalando sua iniciação na jagunçagem. Mas, enquanto o relato da formação do jagunço emerge de suas memórias, já de range-rede, o Bildungsroman indianista seguirá uma sequência cronológica, onde a tônica não recai na narrativa de uma formação, ou na construção de uma identidade social, como no livro de Guimarães Rosa, mas sim sobre o mito de origem nacional. Alencar ritualiza, no ordenamento sequencial da narrativa romanesca, as passagens: ao capítulo "caçador" segue outro intitulado "o guerreiro". Neste, é narrado um concílio indígena, função social para o gênero masculino. A exclusão do feminino reforça a hierarquia patriarcal, que Alencar ressalta em sua obra, com o distanciamento das mulheres da cena do concílio. Neste tipo de sociedade, elogiada em notas por Alencar, como democrática, e, segundo o escritor, incompreendida pelos cronistas, viajantes e missionários e aventureiros que a noticiaram injusta e preconceituosamente entre os europeus, a interdição da fala feminina nos processos decisórios, no poder tribal é não apenas patente como, ainda, "naturalizada", no ordenamento social indígena. Assim, para Jandira, araguaia, a felicidade prescrita consiste no serviço a Ubirajara, seu futuro senhor, como escrava na paz, ou a Pojucã, o Tocantins por ele vencido, como noiva do túmulo. Num

caso como noutro, à mulher se assinala o papel social de reprodutora, mediação necessária à prole, para o homem, e a condição de objeto da decisão masculina.

Glorificado como guerreiro, senhor da lança, Ubirajara recebe do pai, Camacã, o grande arco de sua nação, que ele próprio conquistara, obtendo, então a Índia Jaçanã como esposa. Conquistador, pelo mérito da vitória na luta, e sucessor, pela genealogia, como filho, Ubirajara recusa-se, todavia, a receber o arco da mão paterna e desafia os demais guerreiros da nação araguaia a virem disputá-lo em combate. Só então, aclamado como primeiro de sua nação, Ubirajara aceita empunhar o arco: o sucessor por herança é rejeitado em favor do sucessor por conquista.

Partindo para o território tocantins, Ubirajara procura, agora sim, esposa, Araci. Hóspede da nação vizinha, ele adota novo nome, Jurandir, mantendo incógnita dos tocantins sua identidade. Embora ao propor-se como caçadora e objeto do amor de Jaguarê/Ubirajara a Índia tocantins tenha transgredido seu papel social de gênero (e isto é "corrigido" pelo índio araguaia), ela confirmará o padrão transgressor das regras sociais ao acumpliciar-se a Jurandir na ocultação da identidade araguaia: reconhecendo desde logo o amado, Araci, todavia, obedece não à lei da hospitalidade que lhe proibia a revelação da identidade do hóspede, mas à lei de seu coração. Tratava-se, no caso, de um inimigo da tribo hospedeira, do vencedor do também tocantim Pojucã. . .

Araci distingue, enquanto virgem casadoura, índias de índias. Ao contrapor-se às amazonas, mencionadas no discurso biográfico de Jurandir, na metáfora da terra valente e fecunda para a flor do sanguedele, a Índia tocantim patenteia, por seu discurso, sua introjeção do estereótipo da submissão feminina, no elogio da maternidade como a função social por excelência, paralelo à desqualificação das amazonas (senhoras de seu corpo, diz o discurso de Araci, "são como a palmeira do muriti, que rejeita o fruto antes que ele amadureça e o abandona à correnteza do rio. A esposa não desprende de si o filho, senão quando ele não chupa mais seu peito. Ela é como a mangabeira; nutre o fruto com seu leite, que é a flor de seu sangue. Não é na terra das mulheres guerreiras que o estrangeiro deve buscar a esposa; mas na taba de sua nação, onde Tupã guarda para seu valor a mais bela das virgens, aquela que tem o sorriso de mel. "). Ressalte-se, no entanto, que, se, em Alencar o padrão de comportamento materno da amazona é naturalizado, como o das demais índias, através de metáforas vegetais: muriti (amazona enquanto mãe, e mangabeira, outro padrão materno indígena, são igualmente naturais), há, todavia, nítida opção por um em desfavor do outro.

Mário de Andrade, que, em Macunaíma, teria escrito, até certo ponto, um discurso parodístico de Iracema, inverte de ponta cabeça a escolha amorosa de seu protagonista, que escolhe para mãe de seu filho justamente uma amazona, Ci.

O estrangeiro, como é denominado o araguaia quando entre tocantins, reveste-se da função de pajé, ao predizer um futuro, ouvido, todavia, dos pajés tupinambás, nação do litoral, em que guerreiros das águas, filhos da serpente grande marinha, e que também lutavam entre si,

em facções, viriam para tomar a terra às nações que a habitam. A questão da conquista, da posse da terra, e das figurações da identidade étnica e da alteridade (a quem pertence a terra, que somos nós, quem são os outros) se deixa ler ao longo do romance alencariano.

Seguindo o modelo bíblico do Gênesis explicitamente (pois, em nota, refere o serviço paradigmático de Jacó a Labão, pai da pretendida), Alencar faz de Ubirajara servo de Itaquê, pai de Araci, serviço que produz abundância para a tribo.

Esta felicidade edênica é, entanto, rompida com a chegada da noiva de Ubirajara, abandonada na tribo araguaia, Jandira, e seu atentado contra Araci, motivado por ciúmes. Esta, todavia, faz a defesa da poligamia, referindo o exemplo paterno. O combate entre as duas mulheres, na disputa do índio, é todavia, descartado, pois Jandira aceita a vontade de Ubirajara.

Ao longo do romance, Alencar multiplicara as referências aos papéis sociais de gênero, ressaltando a hierarquia que, da diferença faz desigualdade: é, porém, na descrição da disputa de Araci por Ubirajara, o combate nupcial, que ele destaca sobremaneira o significado do rito de aquisição da mulher para a construção da identidade masculina. O olhar feminino, já aí não só consentido mas prescrito, serve à persuasão da mulher acerca do cumprimento do papel assinalado ao gênero.

À conquista de Araci segue a revelação a Itaquê de sua identidade, e a revelação, ao leitor, da solução folhetinesca: Pojucã, irmão de Araci, é o filho de Itaquê. Ignorava-o não apenas o leitor, mas o próprio protagonista, Ubirajara. O hóspede é o duplé do guerreiro inimigo. É o território hospedeiro que, transposto, libera-o para a luta.

A vitória na última batalha faz de Ubirajara o sucessor de Itaquê, cego pelas flechadas do corumim tapuia. Guerreiro maduro, completada a iniciação, Ubirajara se habilita ao poder supremo e, pelo casamento com Araci e Jandira, consolida a fusão de araguaias e tocantins na tribo que levará o seu nome.

As semelhanças que o discurso ficcional de Ubirajara e a figuração do imperador D. Pedro I mantêm entre si são múltiplas: como Ubirajara, o infante, depois regente, antes de, por fim tornar-se imperador do Brasil e rei de Portugal, passa por múltiplos rituais, nos quais títulos lhe são dados, inclusive por morte do irmão mais velho. Como Ubirajara, Pedro I não apenas teve duas esposas (sucessivas), mas manteve, a par do casamento com a imperatriz Leopoldina, o romance com a Marquesa de Santos, tendo filhos com todas. Como Ubirajara, Pedro de Alcântara é não só o homem dos múltiplos nomes próprios da sua condição. Em sua iniciação maçônica, torna-se o Guatimozim, nome indígena.

Narrando, sob a forma do romance que chama de lenda, um mito de origem nacional, Alencar fala de índios entre índios, antes do efetivo choque cultural com o europeu. Mas, ao fazê-lo, ele o faz prefigurando, no nascimento da nação indígena dos Ubirajaras, a cena da origem do estado nacional brasileiro, da nação de tipo ocidental moderno, cujo senhor da lança, D. Pedro, desembainhando a espada e arrancando dela as cores portuguesas, como Ubirajara deixa os

distintivos araras dos araguaias e assume os tucanos dos tocantins, é um estrangeiro , feito defensor do Brasil. Sob a alegoria do relato do surgimento de uma nova nação, liderada por um jovem guerreiro que ascende ao poder pleno, Alencar expõe a ambiguidade da própria origem nacional: dos escombros do absolutismo português, surge o império dinástico brasileiro, de um Pedro I liberal, por oposição ao irmão D. Miguel, absolutista, vem a primeira constituição, paradoxalmente outorgada, do império.